

Filadelfia e, à pág. 67, assim se expressa: "Jusqu'à présent, nous avons essayé de reconstituer la vie matérielle du domaine. Il reste à saisir le jeu des intérêts et des sentiments qui animent cette société." Com isto passamos à quarta e última parte do volume.

Na realidade, não acreditamos que o Autor tenha alcançado o seu objetivo de fazer uma separação da matéria tal como anuncia à pág. 67, porquanto o que temos é sempre a vida econômica descrita cuidadosamente através dos documentos deixados por Zeno e as abundantísimas referências a estes e a outros papiros demonstram-nos, de maneira suficientemente clara, o processo segundo o qual foi realizado o trabalho em questão. Os títulos dos capítulos (curtos e de leitura bastante cômoda), são significativos pela falta de pretensão com que se apresentam: "La culture intensive", "La vigne", "Les arbres fruitiers", "Le bois", "La pêche", "La chasse", "L'apiculture", "Le tissage", "Les constructions publiques et privées", etc. São setôres da vida material que vão surgindo diante dos nossos olhos e dando ensejo a uma série de problemas dos quais apenas alguns merecem a atenção do Autor. Outrossim, destes capítulos pode-se inferir um sem número de traços da vida da população, do "jôgo dos interesses e dos sentimentos", a despeito da separação da matéria enunciada expressamente à pág. 67. Assuntos como a dificuldade de conseguir-se moradia (pág. 42), a organização de uma espécie de "trust" de cerâmica por Zeno (pág. 45), as greves de trabalhadores rurais (pág. 51) e muitos outros, encontrados a cada passo, dariam margem a um desenvolvimento bem maior da última parte do trabalho, que ficaria, assim, bem mais interessante do que como se encontra, constituída apenas por 18 páginas, das quais tudo o que diz respeito aos escritórios de administração da "dôrea" (págs. 74-79) deveria, a nosso ver, estar participando da descrição da vida material da região. Parece-nos, aliás, que este é o ramo de preferência do Autor, que, aí, nos satisfaz perfeitamente; salta-nos à imaginação um quadro econômico do Egito Lágida dos primeiros tempos, descrito com inegável habilidade e revelando familiaridade completa com as fontes, no qual a vida coletiva e a vida privada se entrelaçam, como, por exemplo, na opressão fiscal e nos esforços realizados pelos contribuintes para escaparem ao tão bem organizado fisco lágida. Merece especial destaque o modo como é tratada a política mercantilista do Egito, com seus administradores procurando intensificar as exportações e reduzir as importações (págs. 20-21), o que levava à preocupação de obter no local vários produtos estrangeiros, ao desenvolvimento dos meios de transporte e a um violento protecionismo alfandegário: 25% para o mel grego, 20 a 50% para queijos, móveis, esponjas, frutos, etc. (págs. 37, 57-58). É também posto em relêvo o problema da fixação da população rural ao trabalho da terra e aí vê mesmo o Autor a origem da própria servidão da gleba medieval: "La terre n'est un capital utile que si elle est garnie d'hommes. Comme tous les capitalismes agraires, l'Égypte des Ptolémées cherche une forme quelconque d'attache à la glèbe. Les prodromes d'une évolution qui, mille ans plus tard, aboutira au servage, apparaissent déjà dans la "dôrea" d'Apollonios" (págs. 52-53). Enfim, são assuntos de ordem econômica em que se nota que o Autor está à vontade. O mesmo não sucede com outros setôres, como o político e o cultural, que se poderia esperar fôssem igualmente tratados, dado o título amplamente promissor do volume em questão.

PEDRO MOACYR CAMPOS.

---

DOUGLAS (David). — *The Norman conquest and British historians*. Glasgow, Jackson, Son & Company, 1946, 40 págs..

Que a História não pode ser considerada independentemente das condições da época em que vive o historiador, é um fato sobre o qual poucos terão

dúvidas hoje em dia. Assim, se exceptuarmos os casos de estrita pesquisa material, em que se objetiva menos fazer História do que fornecer documentos e testemunhos aos historiadores, não há lugar, nesta disciplina, para falar-se em assunto esgotado, uma vez que cada época terá sempre a sua visão do passado, visão esta condicionada pelas características do presente do historiador. Numa conferência realizada na Universidade de Glasgow em 1946, o prof. Douglas, da Universidade de Bristol, nos dá um exemplo bem claro do que dissemos acima, abordando um fato que há mais de quatro séculos vem ocupando a atenção dos historiadores britânicos e que, apesar disto, continua a ser objeto das mais acaloradas discussões: a invasão normanda na Inglaterra.

Principia o Autor com uma ligeira referência à obra *Pastyme of Peoples*, publicada em 1530 por John Rastell, passando, em seguida, ao século XVII, quando "men of all sorts and conditions began zealously to discuss the history of eleventh-century England". John Hayward, John Selden, Henry Spelman, Robert Brady, Matthew Hale e William Temple encontram-se entre os mais importantes autores que então trataram do assunto, fazendo com que a história da conquista se tornasse acessível ao grande público. O patriotismo, o respeito à tradição e a fermentação de uma época de revoluções deram margem a duas formas de interpretação nacionalista da invasão normanda: uma, que via na glória pessoal dos reis normandos os inícios da grandeza britânica e cujos adeptos procuravam encontrar, a todo o custo, entre os ascendentes, um companheiro de Guilherme em Hastings; outra, que a considerava como um legítimo desastre nacional e que exaltava a atitude dos guerreiros de Haroldo. Por esta segunda tendência revelaram grande predileção as gerações seguintes, o que se verifica inclusive entre romancistas populares, como Kingsley (*Hereward the Wake*) e Macfarlane (*Camp of refuge*). O Puritanismo tornou o assunto um tema de reflexões morais (cf. Milton, *History of Britain*), uma vez que o desastre podia ser considerado como uma calamidade necessária à expiação de um grande pecado nacional: a decadência dos costumes dos anglo-saxões. As lutas políticas também tiveram sua participação nas controvérsias, tornando-se Guilherme um verdadeiro inimigo dos *whigs*: "If he was justly to be stigmatised as a foreign tyrant, then the lessons of his life must surely be brought home to the discontented subjects of the Stuart kings. The controversies of the Oxford Parliament were thus embellished by a documented diatribe against the first Norman King..." A revolução de 1688 criou um incômodo problema para os *whigs* ("After all, there was a third William as well as a first, and both came from overseas."), até que, em 1714, John Fortescue Aland fixou o que, daí por diante, passaria a constituir a doutrina ortodoxa dos *whigs* no assunto: "Should we allow our laws to have an uncertain Original, I fear that some people would of themselves fix their original from William the First and... I don't know what ill use the Champions of Absolute monarchy may be inclined to make of such a Concession." No início do século XVIII a questão tornou-se ainda mais colorida, quando os protestantes e liberais pintaram Guilherme como um representante do papismo e do absolutismo, vendo nos anglo-saxões os precursores da "glorious revolution".

Passando por Sharon Turner e John Lingard chegamos a Edward Freeman, que enquadrou o problema dentro da erudição típica do século XIX, compondo obra de inegável valor mas facilmente criticável, conforme o demonstraram Green e toda a controvérsia de que resultou o trabalho de John H. Round. Apesar de toda a erudição, Freeman não pôde escapar às condições de sua época — Vitoriana —, e revelou-se teutonista militante ao descrever os adversários dos normandos como "patriotic leaders" do "national party", cujos maiores campeões eram Godwin e Haroldo. A reação a tais idéias nacionalistas caracterizou a fase imediata, que viu os normandos sob um aspecto mais favorável, e o trabalho de não-britânicos, como o dinamarquês Steenstrup (*Normannerne*) contribuiu bastante para isto. De fato, foi dado, assim, início ao movimento de pesquisa do papel representado pelos escandinavos na história inglesa, sugerindo-se então que aos normandos coubera integrar as ilhas na

Europa Ocidental Latina, salvando-as do domínio nórdico. Problemas de ordem social (ligados com a introdução do Feudalismo na Inglaterra) e cultural — levando a estudos sobre a língua e a literatura anglo-saxônicas —, surgiram paralelamente aos políticos, merecendo especial referência, a este respeito, os volumes compostos pelo prof. Stenton (*William the Conqueror e Anglo-Saxon England*). Faltam ainda, entretanto, estudos suficientes sobre a Normandia anterior à data de 1066, estudos estes que são indispensáveis para que se possa formar um juízo completo com relação ao importante acontecimento.

Naturalmente, o assunto é vasto demais para ser tratado numa única conferência, mas estranhamos, ainda assim, que o Autor não faça a menor referência ao reflexo do prestígio dos sistemas filosóficos sobre a maneira de se considerar a invasão normanda. Apenas para exemplificar, lembremos que o prof. Sayles já abordou a relação entre o evolucionismo e as idéias de Freeman e achamos muito pouco provável que os próprios marxistas não tenham a sua maneira particular de encarar a invasão normanda. Isto em nada diminui o valor e o interesse do trabalho do prof. Douglas, que numa conferência a respeito de um único fato leva-nos a reflexões de ordem geral abrangendo a totalidade da História.

PEDRO MOACYR CAMPOS

---

MENÉNDEZ PIDAL (Ramón). — *El Cid Campeador*. — Coleção Austral. Espasa-Calpe, S. A. Buenos Aires. Novembro de 1950. 314 págs.

Quando, em perseverante esforço de divulgação e de consciência cultural, a produção de uma Editora alicerçou um prestígio e uma atividade conseqüentes, adquire o legítimo direito de ver realçados determinados rumos de seu louvável caminho. Este é o caso da Editora Espasa-Calpe argentina e da já muito conhecida biblioteca Austral, em língua espanhola. Alguns anos se passaram, desde que essa Coleção iniciou seus trabalhos com a obra de Ortega y Gasset, "La rebelión de las masas". Os primeiros seis volumes da Edição eram anúncio significativo do labor que se impusera; escrupulosamente atentos à fidelidade dos textos, originais ou vertidos ao castelhano por tradutores selecionados; econômicos em sua aquisição; sugestivos pela própria unidade tipográfica. E quanto ao conteúdo, empreendimento admirável, abarcando os mais diversos panoramas do pensamento universal: o ensaio e a filosofia, a política, a novela em todos os seus gêneros, a poesia, a biografia, a reportagem e a história, a fecundidade literária clássica, a ciência e a técnica. E esta soma de facetas da cultura, simbolizada na cor das capas que envolvem cada volume. Ortega y Gasset, André Maurois, Unamuno, o autor anônimo do Poema do Cid e Descartes foram os autores daqueles cinco primeiros tomos que iniciaram a Coleção Austral. Hoje, alcançou o número mil, e quis coroar esta meta, que não é senão longo trecho de um itinerário que não se interrompe, dedicando esse volume milésimo a uma obra do eminente historiador e filólogo espanhol, Ramón Menéndez Pidal. "El Cid Campeador", em primeira edição preparada por seu autor, atual diretor da Academia da Língua Espanhola, é o trabalho que a Coleção Austral acaba de lançar, assinalando esse acontecimento editorial do número mil da Biblioteca. Comemora, assim, como os editores dizem no comentário costumeiro de cada publicação, o alcance da senda percorrida, elevando essa "estátua ao herói da Raça e do Romanceiro que é, também, por estranho designio, o símbolo da língua pura de Castela".

Pareceu-me bastante oportuno, que estas linhas de saudação à Editora e de registro da nova obra de Menéndez Pidal constem, no Brasil, precisamente nas páginas da "Revista de História". Porque, embora o "Cid" constitua um